

**Nomes a bordo:  
práticas de nomeação e variação regional das alcunhas em Portugal (1935-1975)**

João Paulo SILVESTRE

Centro de Línguas, Literaturas e Culturas - Universidade de Aveiro  
jpsilvestre@ua.pt

**Resumo**

O estudo examina a prática da atribuição de alcunhas e a sua variação regional em Portugal, com base nos registos do Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau, que abrangem o período de 1935 a 1975. Este arquivo, com cerca de 21.000 registos, inclui 4.200 alcunhas, evidenciando a sua relevância como marcadores identitários. Analise-se também a evolução das normas legais que, inicialmente restritivas, começaram a reconhecer o valor histórico e identitário das alcunhas, permitindo a sua incorporação como apelidos.

*Palavras-chave: alcunhas; onomástica portuguesa; pescadores; variação regional.*

**Abstract**

The study examines the practice of assigning nicknames and their regional variation in Portugal, based on records from the Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau, covering the period from 1935 to 1975. This archive, containing around 21,000 records, includes 4,200 nicknames, highlighting their relevance as identity markers. The study also analyses the evolution of legal norms that, initially restrictive, began to recognize the historical and identity value of nicknames, allowing their incorporation as surnames.

*Keywords: nicknames; Portuguese onomastics; fishermen; regional variation.*

**1. Introdução**

O estudo sobre as práticas de nomeação através de alcunhas é dificultado pelo facto de as recolhas serem, na sua maioria, assistemáticas, o que compromete a qualidade e a consistência dos dados. O presente trabalho propõe-se abordar as práticas de nomeação e a variação regional das alcunhas em Portugal, especificamente entre os pescadores de bacalhau, com base nos registos do Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau (GANPB). Estes registos, que cobrem o período de 1935 a 1975, são

particularmente relevantes para a pesquisa linguística e lexicológica devido à sua natureza sistemática e abrangente. Contém cerca de 4.200 fichas de tripulantes com informações detalhadas, incluindo alcunhas, que representam cerca de 20% do total de registos. A importância destes dados reside não apenas na quantidade, mas também na qualidade e diversidade das alcunhas documentadas, oferecendo uma visão precisa e detalhada sobre as práticas onomásticas dentro de uma comunidade específica. Procuraremos evidenciar como as alcunhas desempenham um papel significativo na construção da identidade e na coesão social das comunidades piscatórias. Além disso, a análise destes registos permite observar variações regionais e compreender as dinâmicas sociais subjacentes às práticas de nomeação.

## **2. A alcunha e as normas legais**

Os nomes e alcunhas presentes no arquivo documentam um longo período de modificações políticas e legislativas. Esta evolução reflete-se nas práticas de nomeação, especialmente na incorporação progressiva das alcunhas entre os apelidos, apesar dos impedimentos iniciais para que estas fossem parte do nome próprio.

Os nomes mais antigos do arquivo remontam a um período anterior à publicação do Código do Registo Civil em 1911, estabelecido pelo regime republicano. Este código foi pioneiro na regulamentação da atribuição e formação do nome, estipulando que «o nome próprio será livremente escolhido de entre os que se encontram nos diferentes calendários, ou de entre os que usaram as personagens conhecidas na história, e não deverá confundir-se com nomes de família, nem com os de coisas, qualidades, animais, ou análogos» (Decreto-Lei nº 41/1911, art. 143º).

Esta legislação, ao privilegiar a onomástica da tradição cristã, excluía nomes que representassem categorias lexicais comuns na criação de alcunhas (como coisas, qualidades e animais). Com a publicação do Código do Registo Civil de 1932, as regras foram mantidas com pequenas modificações, como a proibição de referências políticas. O Código de 1967, último relevante para o período em estudo, especificou ainda mais as unidades interditas, excluindo palavras que pudessem «confundir-se com meras denominações de fantasia, apelidos de família, nomes de coisas, animais ou qualidades, salvo tratando-se de nomes de uso vulgar na onomástica portuguesa» (Decreto-Lei nº 107/1967, artº 130, ponto 2). Apesar das restrições iniciais para a utilização de alcunhas como parte do nome próprio, a legislação permitiu que estas fossem integradas como apelidos, reconhecendo a função identificadora e o valor histórico-familiar das alcunhas.

De acordo com o Código de 1967: «Os apelidos são escolhidos entre os pertencentes às famílias dos progenitores do registando, devendo o último ser um dos apelidos usados pelo pai ou, na sua falta, um dos apelidos a cujo uso o pai tinha direito, ou pelo qual seja conhecida a sua família» (Decreto-Lei nº 107/1967, artº 130, ponto 4).

Esta cláusula reconhece implicitamente que, embora as alcunhas não pudessem ser oficialmente registadas como nomes próprios, elas desempenhavam um papel significativo na identificação familiar e social dos indivíduos. As restrições iniciais na legislação para a inclusão de alcunhas como nomes próprios refletiam uma tentativa de preservar uma onomástica formal e tradicional. No entanto, o reconhecimento do valor identitário e histórico das alcunhas levou à sua progressiva incorporação como apelidos, demonstrando a adaptabilidade das normas legais face às práticas sociais e culturais (sobre práticas posteriores a 1967, ver Castro 2017; Silvestre 2021; Rio-Torto 2023).

### 3. Fontes documentais

A partir de 1938, os homens que trabalhavam a bordo dos navios da pesca do bacalhau passaram a ser obrigados a inscrever-se no Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau (GANPB), uma entidade de organização patronal com função de representação profissional e regulação económica de carácter corporativo, com funcionamento e administração autónomos, dotada de personalidade jurídica. Este processo administrativo prolongou-se até 1974.

O acervo, depositado no Museu Marítimo de Ílhavo, compreende mais de 21.000 registos<sup>1</sup>. O arquivo de tripulantes é extenso, mas há uma considerável heterogeneidade na forma como a informação é registada. As fichas abrangem indivíduos do sexo masculino, nascidos entre 1863 e 1957. Cada documento fornece elementos sobre os tripulantes, incluindo dados pessoais (nome, data de nascimento, naturalidade, filiação, descendentes, residência, situação militar), campanhas do bacalhau em que participaram, discriminadas por ano, com indicação da embarcação e da categoria a bordo (ver um exemplo das fichas disponíveis no portal *Homens e Navios do Bacalhau*, no Anexo 1).

Importa salientar que, em diversos estudos que exploram o repositório e a sua utilidade documental, raramente é mencionado que os registos incluem as alcunhas. Este

---

<sup>1</sup> Para a realização deste estudo foi essencial a colaboração de Nuno Miguel Costa (direção do Museu Marítimo de Ílhavo) e João Branco (investigador CIEMar-Museu Marítimo de Ílhavo), que gentilmente forneceram uma lista de fichas que contêm registos de alcunhas. Com este índice, foi possível consultar os registos biográficos dos marinheiros, através do portal *Homens e Navios do Bacalhau* (<https://homensenaviosdobacalhau.cm-ilhavo.pt>).

elemento informativo, tradicionalmente mais valorizado pela lexicologia e pela sociolinguística, não foi até agora objeto de estudo pela equipa de investigação do museu, que tem privilegiado aspetos históricos e sociológicos (Costa 2013, 2015; Carvalho 2013).

Em mais de 21.000 registos, 4.200 fichas contêm a indicação de alcunha declarada pelo inquirido, o que corresponde a aproximadamente 20% do total. É relevante notar que este campo não é de preenchimento obrigatório, sugerindo que os nomeados se identificam com as alcunhas e lhes atribuem uma função identificadora e distintiva.

Nesta amostra de 4.200 alcunhas, existem 2.300 unidades diferentes, evidenciando uma grande variedade que contribui para a distinção dos indivíduos. Este dado é particularmente significativo num contexto de onomástica portuguesa em que os nomes próprios mostram menor diversidade. Por exemplo, nos registos analisados, 843 homens têm *Manuel* como um dos primeiros nomes, e *António* aparece em 631 registos.

Prosseguindo a análise da frequência, verifica-se que das 2.300 alcunhas, 1.550 ocorrem uma única vez, 359 ocorrem duas vezes, e 44 têm uma frequência igual ou superior a dez. Estes dados indicam uma elevada dispersão e uma rica diversidade onomástica, refletindo a complexidade e a riqueza das práticas de nomeação no contexto dos trabalhadores da pesca do bacalhau.

#### **4. Classificação das alcunhas**

As alcunhas desempenham um papel fundamental na identificação de indivíduos e grupos, especialmente em contextos comunitários onde a oralidade e as tradições locais têm uma presença significativa. Este fenómeno é particularmente evidente nas comunidades de pescadores, onde a alcunha funciona não apenas como um marcador identitário, mas também como um elemento de coesão social.

Leite de Vasconcelos, no extenso estudo que dedicou à antroponímia portuguesa, distinguiu três tipos principais de alcunhas: geográficas, étnicas e pessoais. Reservando as duas primeiras para os estudos de etnografia portuguesa, Leite foca-se, no âmbito da antroponímia, na delimitação de várias classes de alcunhas que contribuíram para a formação de apelidos na onomástica portuguesa. A lista é extensa e inclui alcunhas alusivas ao ser humano (e.g., estado civil, fases da vida), posição social, qualidades físicas e morais, comparações com o reino animal, vegetal ou mineral, e alcunhas que refletem hábitos, vestuário, ideias mágicas e religiosas (Vasconcelos 1928: 176-281). Entre as que

se relacionam com a atividade da navegação, regista *fragateiro*, *marinheiro*, *marujão*, *patacho* (idem: 190).

Como fenómenos linguísticos e sociais, as alcunhas podem ser classificadas segundo vários critérios, destacando-se entre eles os atributos circunstantes e qualificadores, de acordo com a tipologia de Ramos & Silva (2002), que a seguir se apresenta.

Quanto ao tipo de transmissão, as alcunhas podem ser herdadas ou adquiridas. As alcunhas herdadas são transmitidas de geração em geração, mantendo uma continuidade familiar ou comunitária, reforçando assim os laços de identidade e pertença. Em contraste, as alcunhas adquiridas surgem em resposta a novas características ou eventos na vida de um indivíduo, sendo frequentemente resultado de episódios marcantes ou de traços distintivos reconhecidos pela comunidade.

Relativamente à forma de atribuição, as alcunhas podem ser individuais ou coletivas. As alcunhas individuais são atribuídas a um único sujeito, refletindo características particulares dessa pessoa. Por outro lado, as alcunhas coletivas são partilhadas por um grupo, seja ele familiar ou comunitário, servindo como um marcador de identidade comum e facilitando a identificação e a coesão dentro desse grupo.

No que respeita ao tipo de aceitação, a relação dos portadores com as suas alcunhas pode variar, resultando na sua rejeição ou assunção. As alcunhas rejeitadas são aquelas que os portadores recusam ou evitam usar, muitas vezes devido a conotações negativas ou depreciativas associadas. Em oposição, as alcunhas assumidas são aceites e integradas na identidade do portador, sendo por vezes valorizadas por refletirem características que são apreciadas ou socialmente reconhecidas.

Finalmente, quanto ao tipo de identificação, as alcunhas podem servir como formas de tratamento ou de referência. As alcunhas de tratamento são utilizadas em interações diretas, funcionando como formas de endereçamento familiar ou informal. As alcunhas de referência, por sua vez, são empregues para descrever ou identificar alguém em conversas, sem que o portador esteja presente, sendo assim um meio de reconhecimento dentro da comunidade.

Esta complexidade na categorização das alcunhas reflete a sua importância enquanto fenómeno social e linguístico, demonstrando como estes termos podem atuar como potentes marcadores de identidade e de relações sociais (Boléo 1955).

## 5. Variação regional na adoção de alcunhas

Apesar de a amostra ser limitada, é possível inferir a variação regional na adoção de alcunhas entre trabalhadores de diferentes zonas de Portugal. No Concelho de Lisboa, a adoção de alcunhas é significativamente menor em comparação com outras regiões. Dos 773 registos de trabalhadores, apenas 23% apresentam uma alcunha, correspondendo aproximadamente a 3% do total. As alcunhas predominantes estão associadas à toponímia e onomástica local, como *Casa Pia* e *Bica*. No entanto, observa-se que muitas das designações listadas como alcunhas são, na realidade, nomes de família preferenciais, substituindo os primeiros nomes. Alguns exemplos dessa prática são os nomes *Joaquim Almeida Saraiva* (alcunha *Saraiva*); *João Lopes* (*Lopes*); *Mário Alves Coelho* (*Coelho*).

Em contraste, o Concelho da Póvoa de Varzim apresenta a maior incidência de alcunhas. Dos 1006 registos analisados, 579 (58%) incluem uma alcunha. Este elevado índice sugere uma cultura local mais propensa à utilização de alcunhas como forma de identificação e reconhecimento social.

Outros concelhos também foram analisados, revelando variações interessantes na adoção de alcunhas:

Figura 1 – Variação de registos com alcunha declarada.

<b>Concelho</b>	<b>Total de Registos</b>	<b>Registos com Alcunha</b>	<b>Percentagem de Registos com Alcunha</b>
Póvoa de Varzim	<b>1006</b>	<b>579</b>	<b>58%</b>
Setúbal	<b>597</b>	<b>107</b>	<b>17%</b>
Viana do Castelo	<b>1112</b>	<b>181</b>	<b>16%</b>
Ílhavo	<b>3541</b>	<b>359</b>	<b>10%</b>

Ainda que a título exploratório, é possível estudar a adoção de alcunhas em função das categorias profissionais, nas atividades marítimas. Entre os trabalhadores com a função de capitão, 249 registos foram examinados, dos quais apenas 25 (10%) declararam uma alcunha. Este dado sugere que, em funções de maior responsabilidade e prestígio, a adoção de alcunhas é menos comum.

## 6. Alcnhas qualificadoras

As alcunhas contribuem para a identificação e caracterização dos indivíduos dentro de uma comunidade, refletindo características observáveis ou conhecidas. Estas

designações, frequentemente humorísticas ou pejorativas, funcionam como marcadores sociais que facilitam a coesão e a interação comunitária. Entre as várias categorias de alcunhas, destacam-se quatro que funcionam como qualificadores: físicas/anatómicas, geográficas, profissionais e comportamentais<sup>2</sup>. Abaixo, detalham-se cada uma destas categorias com exemplos específicos recolhidos nas fichas.

### **6.1. Alcunhas Físicas / Anatómicas**

As alcunhas físicas/anatómicas estão associadas às características físicas dos indivíduos, como altura, tamanho do corpo, particularidades físicas, defeitos ou atributos, e apreciações físicas. A altura pode ser descrita com alcunhas relacionadas com os adjetivos ou associações de tipo metafórico, como *Baixote*, *Piolho* ou *Cavalão*. Se as duas primeiras sublinham a estatura baixa de uma forma informal e, muitas vezes, afetuosa ou jocosa, *Cavalão* sugere grande altura e possivelmente força física.

Sobre o tamanho do corpo, encontramos *Gordo*, *Bucha* e *Repolho* (sinónimos de gordo, sobretudo por referências a formas arredondadas). *Pequeno* e *Petinga* referem-se a uma estatura menor, sendo *Petinga* uma comparação com um pequeno peixe, sublinhando a delicadeza ou fragilidade.

### **6.2. Alcunhas geográficas**

As alcunhas geográficas referem-se ao local de nascimento, residência ou origem do indivíduo ou da sua família, facilitando a identificação das pessoas com base na sua proveniência. A diversidade destas alcunhas revela dois aspectos importantes: em primeiro lugar, a maioria das alcunhas geográficas refere-se a zonas litorais ou de tradição piscatória, sugerindo movimentos de migração interna em busca de trabalho mais qualificado e mais bem remunerado. Exemplos disso são *Afurada*, *Alcântara*, *Aveiro*, *Azambuja*, *Barreiro*, *Beira*, *Benagil*, *Esmoriz*, *Gafanha* e *Gaia*.

Por outro lado, a atribuição de alcunhas relacionadas com povoações do interior do país, especialmente do interior do Alentejo e da Beira, pode indicar que os detentores dessas alcunhas eram neófitos na actividade pesqueira, ou que essa não era uma tradição familiar. Exemplos de tais alcunhas incluem *Anadia*, *Aviz*, *Beiroto*, *Braga* e *Mangualde*.

Esta distinção entre zonas litorais e interiores, evidenciada pelas alcunhas, reflete dinâmicas socioeconómicas históricas, onde a migração para zonas costeiras era motivada

---

<sup>2</sup> Sobre alcunhas que resultam de metonímias e metáforas, ver Teixeira 2007.

pela procura de melhores oportunidades de trabalho e condições de vida. Ao mesmo tempo, as alcunhas derivadas de povoações interiores sugerem uma ligação às suas raízes originais, possivelmente marcando uma recente transição para novos contextos laborais e culturais.

### **6.3. Alcnhas Profissionais**

Estas alcunhas derivam das atividades profissionais do próprio indivíduo ou dos seus familiares, funcionando como identificadores da ocupação ou do ofício. Quando cruzadas com os dados da primeira inscrição no registo, estas alcunhas podem servir como indicadores da profissão anterior, especialmente se os marinheiros não fossem jovens. Todavia, a atribuição da mesma alcunha a indivíduos que, de acordo com os registos, têm a mesma naturalidade ou pertencem à mesma família, formando grupos que representam várias gerações, sugere que estas designações foram inicialmente atribuídas a antepassados e continuaram a ser usadas pelas gerações seguintes, seja a título de homenagem ou como identificador familiar.

Por exemplo, têm a alcunha de *Carteiro*, *João Amblat* (nascido em 1904), *Manuel Gonçalves Amblat* (n. 1926) e *João do Carmo Amblat* (n. 1928). Este padrão sugere uma continuidade na utilização da alcunha, não apenas como referência à profissão, mas também como um marcador identitário transmitido através das gerações.

Assim, podemos assumir que são identificadoras da família as alcunhas *Barbeiro*, *Bombeiro*, *Caixeiro* e *Caixeirinha* (vendedor), *Canastreiro* (trabalhador em cestaria), *Cantadeira* e *Cantadeiro*, *Canteiro* (trabalhador em pedra), *Carteiro*, *Costureiro*, *Ferreiro*, *Funileiro* (trabalhador em folhas de metal), *Moleiro*, *Pedreiro* (trabalhador em construção). É também frequente encontrar indivíduos com alcunhas como *Pescador* ou *Piloto*. Estas designações seriam redundantes ou equívocas no contexto em que seriam usadas, uma vez que a maioria dos indivíduos nas comunidades piscatórias já estaria envolvida em tais atividades. Portanto, devemos concluir que estas alcunhas também servem uma função identificadora da família a que pertencem, perpetuando a memória das profissões ancestrais e a identidade familiar no seio das comunidades.

### **6.4. Alcnhas Comportamentais**

As alcunhas comportamentais descrevem traços de personalidade ou comportamentos notáveis do indivíduo ou dos seus familiares, podendo ser categorizadas como positivas, negativas ou simplesmente distintivas. Estas designações funcionam

como marcadores sociais, refletindo a percepção comunitária acerca das características comportamentais dos indivíduos. As alcunhas positivas destacam qualidades apreciadas pela comunidade. como *Beijinho* (pessoa afetuosa), *Bravo* (pessoa corajosa). As alcunhas negativas são mais frequentes e apontam para traços de comportamento indesejados, como *Avarento* (pessoa sovina), *Baboso* (pessoa bajuladora), *Borracho* (pessoa embriagada) *Barafusta* (pessoa que se zanga facilmente), *Fumante* (pessoa que fuma), *Lambuço* (pessoa gulosa), *Vadio*, *Maluco* (pessoa excêntrica). Podemos ainda identificar alcunhas distintivas, que sublinham características notáveis que não são necessariamente boas ou más, ainda que se possa supor que sejam usadas como uma crítica a um comportamento fora da norma. Veja-se o exemplo das alcunhas que indicam loquacidade como traço negativo: *Garganta* ou *Tagarela* (pessoa que fala muito), *Laracha* (pessoa que fala de temas sem importância). As alcunhas comportamentais dão uma visão das percepções sociais sobre os indivíduos, funcionando como um reflexo das normas e valores da comunidade.

## **7. Práticas de nomeação e de formação de nome**

A associação de alcunhas aos primeiros nomes resulta frequentemente na criação de novas estruturas de nomes próprios, especialmente quando os primeiros nomes são comuns. Nomes como António, João, Joaquim, José e Manuel são frequentemente acompanhados de alcunhas para distinção. Por exemplo, indivíduos com nomes completos como Joaquim da Silva Cação ou Joaquim Hilário Peixe são conhecidos pelas alcunhas Joaquim Batata e Joaquim Broa, respetivamente. Estas alcunhas substituem frequentemente os nomes de família na identificação cotidiana. Em contraste com a prática observada no Concelho de Lisboa, onde se utiliza frequentemente um dos nomes de família como alcunha, noutras regiões do país esta prática é rara. A tabela abaixo ilustra este fenómeno:

Tabela 2 – Formulação de nome com nome próprio e alcunha.

<b>Nome Completo</b>	<b>Nome com Alcinha</b>
Joaquim da Silva Cação	Joaquim Batata
Joaquim de Lemos	Joaquim Batateiro
Joaquim Hilário Peixe	Joaquim Broa
Joaquim Marques da Silva	Joaquim Caceira
Joaquim dos Santos Filipe	Joaquim Caleiro
Joaquim Caetano Batista	Joaquim Chaparro
Joaquim da Felismina Macatrão	Joaquim Coelho
Joaquim dos Santos Martins	Joaquim Lanho
Joaquim Leites da Silva	Joaquim Laru
Joaquim Petinga Saldanha	Joaquim Loiro
Joaquim Guincho Remígio	Joaquim Maçãs
Joaquim Chiquito Lombas	Joaquim Mateus
Joaquim Hilário da Capucha	Joaquim Mitó
Joaquim da Costa Júnior	Joaquim Nofre
Joaquim de Oliveira Pinto	Joaquim Pimenta
Joaquim Rato Figueira	Joaquim Pombinha
Joaquim Rodrigues Crista	Joaquim Russo

Observa-se também a transição de alcunhas antigas para nomes de família oficiais, um fenómeno que modifica a função original da alcunha, transformando-a em parte integral do nome legal. Isto é evidente em apelidos como *Cação*, *Peixe* e *Petinga*, que originalmente serviam como distintivos individuais, mas que, ao serem institucionalizados como apelidos, necessitaram de novas alcunhas para substituir a função distintiva original.

Tabela 3 – Alcinhas em substituição de apelido.

<b>Nome Completo</b>	<b>Nome com Alcinha</b>
Joaquim da Silva Cação	Joaquim Batata
Joaquim Hilário Peixe	Joaquim Broa
Joaquim Petinga Saldanha	Joaquim Loiro

Em alguns casos, os indivíduos indicam como alcunha uma palavra que já faz parte do seu nome oficial. Esta prática é comum quando o nome de família resultou da transformação de uma alcunha em apelido. Um exemplo claro é a família *Gomes Marafona* de Vila do Conde, onde vários membros utilizam *Marafona* como alcunha, apesar de este já ser um dos seus apelidos.

A análise mostra que a adoção de alcunhas está intimamente ligada à necessidade de distinção individual em contextos de nomes comuns, e que a transição de alcunhas para nomes de família oficiais é um processo dinâmico.

As alcunhas geográficas servem como marcadores dos movimentos migratórios internos. Estas alcunhas são inicialmente atribuídas para indicar o local de origem do indivíduo e, frequentemente, são mantidas pelas gerações seguintes, funcionando como identificadores da família. Por exemplo, *Joaquim António Sequeira*, nascido em 1896 em Lagos, era conhecido como *Algarvio*. O seu filho, *Manuel Sequeira*, nascido em 1919 na Figueira da Foz, continuou a ser identificado pela mesma alcunha. Este padrão repete-se em várias famílias, como no caso de *João António Terroso* (avô), *Manuel Agonia Gomes Terroso* (filho) e *João Faria Terroso* (neto), todos conhecidos como *Da Póvoa*, indicando uma memória persistente da migração interna.

### **7.1. Alcinha e nome de família**

A análise dos registos revela que alcunhas inicialmente utilizadas para identificar indivíduos se transformam em nomes de família, sendo subsequentemente atribuídas aos descendentes. Esta transformação é particularmente observável através do estudo de registos familiares que incluem informações detalhadas sobre os filhos dos marinheiros.

Um exemplo deste fenómeno é o caso de *José Espírito Santo*, nascido em 1894. Após casar com *Maria do Carmo Santos* em 1915, José passou a ser conhecido pela alcunha *Casado*. O seu primeiro registo com esta alcunha data de 1916, um ano após o matrimónio, e a utilização deste nome perdurou até 1948. Todos os seus setes filhos foram registados com *Casado* como nome de família, evidenciando a consolidação da alcunha como apelido oficial.

A perpetuação da alcunha *Casado* como nome de família entre os descendentes de *José Espírito Santo* ilustra como as práticas de nomeação podem evoluir para refletir tanto eventos pessoais significativos (como o casamento) quanto a identidade social dentro da comunidade.

## 7.2. Alcunha e vínculos familiares

A prática de atribuir alcunhas revela não apenas características individuais, mas também vínculos e relações familiares, frequentemente utilizadas como homenagens a ascendentes. Estas alcunhas refletem a importância das relações genealógicas e a transmissão de identidade através das gerações.

Um exemplo claro desta prática é o caso de *Albino Neves da Silva*, natural de Vila do Conde, filho de *Aurora Rosa das Neves*. No seu registo, Albino é conhecido pela alcunha *Bino da Aurora*, evidenciando a ligação direta à sua mãe. De maneira semelhante, *Albino Mário Ramos Pereira*, filho de *Ana Ramos Martins*, é identificado como *Bino da Braga*, sugerindo uma alcunha derivada do nome da mãe, talvez associada ao topónimo Braga.

As alcunhas que explicam explicitamente a relação de parentesco, tais como *filho de*, respondem às redes familiares e permitem compreender as dinâmicas sociais dentro de uma comunidade.

Este modelo de formação de alcunhas, que explicita a relação de parentesco, geralmente é utilizado em contextos de referência indireta. As alcunhas indicam a filiação ou a relação de parentesco, mas não são usadas diretamente na interação com o portador. Em vez disso, são empregadas por terceiros ao se referirem ao indivíduo em questão.

A tabela abaixo apresenta exemplos de nomes completos e as respectivas alcunhas que evidenciam estas relações:

Tabela 4 – Alcnhas que exprimem relações familiares.

<b>Nome Completo</b>	<b>Alcunha</b>
José Domingos Manita	Filho do Coxo Manita
Jaime Filipe Ramos	Filho do Jacob
Manuel Fernandes Lajoso	Filho do Lajoso
Fernando de Sá Amorim	Filho do Zé Malote

Estas alcunhas funcionam não apenas como identificadores pessoais, mas também como marcadores de identidade familiar e de continuidade intergeracional.

## 8. Alcnhas assumidas: identidade e coesão na comunidade

É importante sublinhar que a declaração da alcunha no registo do Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau não era obrigatória. Dos registos analisados, 80% não contêm uma alcunha. Este facto pode ser interpretado de várias maneiras: a

ausência de uma alcunha, a decisão do trabalhador de não a declarar, ou a rejeição de uma alcunha existente por ser considerada ofensiva ou irrelevante para a identidade do portador.

No entanto, algumas alcunhas, apesar de serem potencialmente ofensivas, são aceites e usadas pelos próprios portadores, indicando uma complexa relação identitária. Esta aceitação sugere que, no contexto específico de uso, estas designações podem não ter a conotação negativa que teriam em outros cenários.

No universo específico dos trabalhadores do mar, onde predominam homens afastados dos seus contextos familiares e comunitários, certas palavras que seriam normalmente vistas como tabu podem perder a sua conotação negativa. Termos que, em outros ambientes, poderiam ser considerados injuriosos, são aqui utilizados sem a mesma carga pejorativa. Isto sugere uma ressignificação das palavras dentro deste grupo, onde a aceitação e o uso das alcunhas refletem mais um marcador identitário e de integração no grupo do que uma ofensa.

A análise das alcunhas revela que, mesmo termos que podem ser considerados injuriosos em contextos mais amplos, são adotados sem reserva entre os trabalhadores. Esta prática é particularmente observável em ambientes exclusivamente masculinos, como os descritos, onde a necessidade de reafirmação identitária pode superar as conotações negativas associadas a certos termos. Assim, as alcunhas podem incluir referências a excrementos, órgãos sexuais ou interjeições de valor negativo, mas não são necessariamente percebidas como desqualificadoras no contexto interno.

A tabela abaixo apresenta uma lista de nomes completos e suas respectivas alcunhas.

Tabela 5 – Alcnhas assumidas.

<b>Nome Completo</b>	<b>Alcunha</b>
António Caniceiro de Oliveira	Coninha
Reinaldo de Jesus Lima	Burréco
David Peixoto Braga	Caga Libras
Fernando António Azevedo da Silva	Cagaitas
João Lopes Macieira	Caganho
António Gonçalves	Caganito
António Ferreira Afonso	Cagaruta
João Ferreira	Cagaruto

<b>Nome Completo</b>	<b>Alcunha</b>
Manuel Pereira da Silva	Carago
Afonso de Jesus Chicharro	Picha
Manuel Ribeiro Lourenço	Pixa
Manuel do Nascimento	Pixota

Estes termos, embora potencialmente ofensivos numa análise superficial, não carregam necessariamente a mesma conotação negativa entre os membros do grupo. A utilização de termos fortes e tabus pode funcionar como um mecanismo de inclusão e de fortalecimento dos laços entre os trabalhadores, um processo de ressignificação onde o insulto se transforma em símbolo de pertença. A aceitação e uso dessas alcunhas demonstram um tipo de resiliência identitária e uma forma de coesão grupal, que não desqualifica os indivíduos. Esta dinâmica pode ser observada na manutenção das alcunhas por gerações, o que sugere um processo de herança identitária, onde os descendentes aceitam e preservam a memória e a identidade construídas pelos seus antecessores.

A análise destas práticas de nomeação revela uma rede de significação que transcende a interpretação literal dos termos, evidenciando a complexidade da interação entre indivíduos e comunidade.

## **9. Conclusão**

A análise das práticas de nomeação e o uso de alcunhas entre os marinheiros portugueses, especialmente aqueles envolvidos na pesca do bacalhau, revela como as alcunhas desempenham um papel na construção identitária e na coesão social. Este fenómeno é particularmente significativo em comunidades fechadas ou em situações em que os indivíduos passam longos períodos isolados, como a bordo dos navios. Numa comunidade onde os primeiros nomes são frequentemente repetidos, a adoção de uma alcunha torna-se quase uma necessidade para evitar confusões e reforçar a coesão do grupo.

Este estudo destaca a importância das alcunhas como um reflexo das dinâmicas sociais e culturais das comunidades piscatórias, onde a coesão e a identidade comunitária são fortemente reforçadas através da oralidade e da tradição. A variação regional na adoção de alcunhas, com exemplos como o Concelho da Póvoa de Varzim, onde 58% dos registos incluem alcunhas, em contraste com Lisboa, onde apenas 23% dos trabalhadores apresentam uma, evidencia diferentes atitudes e práticas culturais em relação à nomeação.

A continuidade do uso de alcunhas herdadas sugere uma forte ligação entre as gerações, perpetuando a memória e a identidade familiar, enquanto as alcunhas adquiridas refletem adaptações a novas realidades ou eventos significativos. A categorização das alcunhas em físicas, geográficas, profissionais e comportamentais permite uma compreensão mais detalhada dos valores e normas sociais que regem estas comunidades.

Para investigações futuras, a integração de métodos quantitativos mais robustos poderia permitir a identificação de padrões mais específicos e a análise da evolução das alcunhas ao longo do tempo, contribuindo para uma compreensão mais abrangente deste fenómeno linguístico e sociocultural.

### Anexo 1

#### Exemplo de ficha

**DECLARAÇÃO**

Prestada ao Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau, para fins de inscrição no mesmo

Nome João Gomes Amela Alcunha Alcunha  
 Data do nascimento 3 de Fevereiro de 1928 Natural de Santa Maria  
 Freguesia de Santa Maria Concelho de S. Pedro do Sul  
 Filiação (Nome do Pai Claudino Neves Amela)  
 (Nome da Mãe Lucrecia d'Almeida Gomes)  
 Casado em \_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_ em \_\_\_ em \_\_\_  
 com \_\_\_  
 O casamento foi realizado na Igreja Católica? \_\_\_  
 Estado Vívio desde \_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_  
 Divorçado desde \_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_  
 Amancebado com \_\_\_

RESIDÊNCIA (RUA, NÚMERO e LOCALIDADE) Alameda  
 N.º DA CÉDULA MARÍTIMA: 11.5416  
 PASSADA NA CAPITANIA DO PORTO DE: Porto  
 DATA EM QUE A CÉDULA FOI PASSADA: 7 de Setembro 1943

JÁ FOI A PESCA DO BACALHAU? Não  
 Exerce a profissão de pescador há \_\_\_ anos desde o ano de \_\_\_  
 Em que navio foi à pesca do bacalhau, pela última vez? \_\_\_  
 Em que ano matriculou, e a que idade, para a pesca do bacalhau?  
 Qual foi a profissão que exerceu a bordo?  
 Se exerce a profissão de pescador, quais os quintais de bacalhau pesca?  
 QUAL É A CATEGORIA EM QUE DESEJA MATRICULAR? Vivê  
 Deixou de exercer a profissão em \_\_\_ por motivo de \_\_\_  
 Situação militar: \_\_\_

**PESSOAS A SEU CARGO**

FILHOS MENORES			FILHOS MAIORES			
N.º	Nome	Data do nasc.º	Nome	Data do nasc.º	Estado	Profissão
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						

Na ausência do pescador a sua família muda de residência? \_\_\_  
 Localidade para onde vai: \_\_\_ Rua \_\_\_  
 Vai trabalhar? \_\_\_ Em que se ocupa? \_\_\_

Campanha	Navio	Categoria	Observações
1946	<u>Alcunha</u>	<u>pesca</u>	<u>1950</u>
1947	<u>Alcunha</u>	<u>pesca</u>	<u>Alcunha</u>
1948	<u>Alcunha</u>	<u>pesca</u>	<u>Alcunha</u>
1949	<u>Alcunha</u>	<u>pesca</u>	<u>Alcunha</u>
1950	<u>Alcunha</u>	<u>pesca</u>	<u>Alcunha</u>
1951	<u>Alcunha</u>	<u>pesca</u>	<u>Alcunha</u>
1952	<u>Alcunha</u>	<u>pesca</u>	<u>Alcunha</u>

Tem tido assistência médica do Grémio? \_\_\_ E sua família? Sim  
 Localidade e data em que este impresso foi preenchido pelo interessado: Porto, 4 de Janeiro de 1946  
 (Assinatura do declarante) João Gomes Amela

(Este impresso, depois do preenchido pelo declarante, deverá ser visado pela Capitania do Porto ou Delegação Marítima da localidade da sua residência.)

Espaço destinado ao carimbo da Capitania ou Delegação Marítima

N.º 5717

Fonte: <https://homensenaviosdobacalhau.cm-ilhavo.pt/header/diretorio/showppl/5717>

## Referências

- BOLÉO, Manuel de Paiva (1955). «Os nomes étnico-geográficos e as alcunhas colectivas: seu interesse linguístico, histórico e psicológico». *Biblos* 31:1-19.
- CARVALHO, Márcia (2013). «Construído a Memória num Espaço Museológico: O Arquivo de Memórias da Pesca do Bacalhau do Museu Marítimo de Ílhavo». *Argos: Revista do Museu Marítimo de Ílhavo* 1: 94-101.
- CASTRO, Ivo (2017). *A Estrada de Cintra. Estudos de Linguística Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- COSTA, Nuno (2013). «O Recrutamento de Bacalhoeiros: Processos, Registos e Hegemonias». *Argos: Revista do Museu Marítimo de Ílhavo* 1: 102-109.
- COSTA, Nuno (2015). «Homens e Navios do Bacalhau: Uma Construção da Memória em Rede». *Argos: Revista do Museu Marítimo de Ílhavo* 3: 81-87.
- Decreto-Lei nº 41/1911. Diário do Governo, Série I. 1911-02-20.
- Decreto nº 22:018. Diário do Governo. Suplemento. Série I. 1932-12-22.
- Decreto-Lei nº 107/1967. Diário do Governo. Suplemento. Série I. 1967-05-05.
- GOUVEIA, Daniel (2003). *Alcunhas : génese e importância da caricatura verbal*. Lisboa: Hugin.
- HOMENS E NAVIOS DO BACALHAU. <https://homensenaviosdobacalhau.cm-ilhavo.pt>
- NUNES, Naidea (2004). «Alcunhas e nomes geográficos na literatura regional madeirense». Em *Novi te ex nomine. Estudos filológicos oferecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*, ed. por Ana Boullón Agrelo, pp. 509-517. La Coruña: Fundacion Pedro Barrié de la Maza.
- RAMOS, Francisco, SILVA, Carlos (2002). *Tratado das Alcunhas Alentejanas*. Lisboa: Edições Colibri.
- RIO-TORTO, Graça (2023). «Renovação da antroponímia em Portugal. O que os dados dos séculos xx e xxi mostram». *Estudos Da Língua(gem)* 21(1): 62-82. Disponível em <https://doi.org/10.22481/el.v21i1.10088>. Acesso em: 9 ago. 2024.
- SILVESTRE, João Paulo (2021). «A escolha do nome próprio: quadro legal e evolução da antroponímia contemporânea em Portugal». *Études romanes de Brno* 42(1): 217-231. Disponível em <https://hdl.handle.net/11222.digilib/144088>. Acesso em: 9 ago. 2024.
- TEIXEIRA, José (2007) «Metonímias e metáforas no processo de referência por alcunhas do Norte de Portugal». *Diacrítica. Série Ciências da Linguagem* 21(1):207-239.
- VASCONCELOS, José Leite de (1928). *Antroponímia portuguesa; tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade-Média até hoje*. Lisboa: Imprensa Nacional.